

A Salvaguarda da estabilidade financeira: perspetiva do setor segurador e dos fundos de pensões

Intervenção do Presidente do ISP, Professor Doutor José Figueiredo Almaca, na Conferência Internacional organizada pelo CIRSF – Centro de Investigação em Regulação e Supervisão do Sector Financeiro, em parceria com o Instituto de Seguros de Portugal e o Banco de Portugal

Lisboa, 19 Junho 2014

Auditório do Banco de Portugal

O risco sistémico constitui reconhecidamente um poderoso fator de perturbação do sistema financeiro como um todo, podendo afetar a estabilidade tanto de instituições como de mercados.

A importância sistémica das instituições e dos mercados pode ser aferida por um conjunto de critérios chave, tais como a Dimensão (o volume de serviços financeiros prestados por uma instituição do sistema financeiro), a Substituibilidade (a existência de outras instituições do sistema financeiro habilitadas a fornecer os mesmos serviços no caso de insolvência de um operador) e a Interconetividade (grau de interação ou dependência de ou com outros operadores do sistema financeiro).

Do ponto de vista sistémico, o sistema financeiro encontra-se sujeito a condicionantes de vária natureza. A existência de riscos correlacionados nas carteiras dos operadores, suscetíveis de originar perdas simultâneas, ou a insolvência de uma instituição, que poderá provocar um efeito de contágio com a consequente perda generalizada de confiança em empresas similares pelo facto de o mercado acreditar estarem submetidas aos mesmos

riscos, ou até mesmo a insolvência de uma instituição poder arrastar outros operadores que sejam seus credores, constituem exemplos de situações problemáticas passíveis de atingir o sistema financeiro.

Outra condicionante sistémica poderá residir no tipo e no grau dos laços interinstitucionais existentes no seio de grupos financeiros, suscetíveis de intensificar os efeitos do risco sistémico no interior do próprio grupo. Nestes casos, é importante proceder à análise da estrutura do grupo, incluindo as relações de compromisso entre as várias empresas do mesmo, avaliando as exposições ao risco das diferentes empresas que o compõem e equacionando possibilidades de mobilidade do capital, em situações de *stress* financeiro, entre empresas do grupo.

Neste quadro, gostaria também de destacar a relevância do setor segurador e dos fundos de pensões para a estabilidade do sistema financeiro.

O importante papel económico e social do setor segurador e dos fundos de pensões para a solidez do setor financeiro é, hoje, amplamente reconhecido. Efetivamente, as empresas de seguros e os fundos de pensões contribuem, através sua atividade, para a estabilidade financeira de diversas formas, desde logo agregando e gerindo riscos que os agentes económicos não desejariam assumir, promovendo assim o empreendedorismo e a atividade económica.

Da mesma forma e na medida em que formam um dos principais grupos de investidores institucionais, mantendo uma perspetiva de longo prazo, contribuem para a liquidez do mercado e para a estabilidade dos preços constituindo, enquanto investidores de longo prazo, uma fonte de financiamento importante, tanto para o setor público como para o setor privado.

Papel igualmente estabilizador se reconhece ao setor no que se refere aos investimentos dos operadores, os quais são financiados pelos prémios pagos pelos tomadores de seguros e são alinhados com as responsabilidades. Na mesma linha merecem igualmente destaque a

constituição das provisões técnicas pelas empresas, as quais representam uma parte importante do passivo com um nível de alavancagem relativamente baixo, assim como a subscrição de grandes riscos pelas empresas de seguros, mitigados via *pool*, na sua maioria idiossincráticos e não correlacionados.

Também nas suas vertentes de garantia de proteção, transferência de riscos, gestão de investimentos e gestão do capital, o negócio segurador não tem apresentado risco sistémico.

Com efeito, enquanto a sua dimensão contribui para que não surjam efeitos fortemente perturbadores do mercado financeiro, a baixa velocidade a que eventuais impactos negativos ocorram confere ao mercado segurador capacidade de absorção dos mesmos. Além disso, os baixos níveis de interconexão entre operadores conduzem a que o risco de contágio seja relativamente baixo.

As atividades “non-core” do setor segurador são as que poderão apresentar algum risco sistémico. A avaliação de tais riscos sistémicos deverá obedecer a determinados critérios, a começar pela identificação de tais atividades e dos respetivos mecanismos de transmissão.

Assim, a dimensão destes riscos em perspetiva e do seu potencial impacto, bem como a velocidade da materialização dos mesmos, são outros importantes aspetos a ter em conta neste domínio.

De uma forma global, poder-se-á estabelecer que a prevenção do risco sistémico passa, em grande medida, por um reforço do acompanhamento do mercado. Nesse domínio, gostaria de partilhar com todos vós um conjunto de diferentes linhas de atuação, através das quais penso se conseguirá assegurar uma adequada atuação preventiva:

- O estabelecimento de uma monitorização macroprudencial alargada onde a componente seguradora tenha uma abordagem apropriada;
- A definição de métricas de mercado que consigam evidenciar cenários de risco macroprudencial;

- A introdução de melhoramentos regulamentares, no sentido de garantir a correta identificação e mensuração dos riscos;
- O aumento da capacidade de absorção de perdas e criação de mecanismos de garantia e de resolução;
- O reforço da supervisão dos conglomerados financeiros, em grupos internacionalmente ativos;
- O fortalecimento, junto dos operadores, das práticas de gestão de riscos;
- O reforço das infraestruturas de mercado, nomeadamente num controlo técnico sobre os produtos comercializados;
- O acompanhamento da evolução do negócio “não tradicional” de seguros onde a componente financeira seja elevada;
- A análise dos fluxos financeiros entre instituições deste setor;
- A análise do negócio fora do país de origem.

Por fim, é de extrema importância que se retirem as devidas lições desta crise financeira, numa lógica de mitigação de riscos. Nesse sentido, o não observar a realidade do mercado revela-se uma abordagem inapropriada e mesmo perigosa. As instituições financeiras deverão ser incentivadas a fazerem uma avaliação realista dos riscos, por forma a considerarem antecipadamente as devidas medidas de proteção.

Por outro lado, penso que importa entender que diferentes setores têm associados modelos de negócio distintos, pelo que estão forçosamente expostos a riscos diferentes, o que leva a que, no âmbito da supervisão, uma abordagem igual para todo o mercado não se demonstre a mais eficaz.

A observação da realidade do setor segurador no conjunto do sistema financeiro é tranquilizadora, pois permite constatar de forma clara e inequívoca que, conforme atrás referi, são as atividades “non-core” do setor segurador as que apresentam algum risco sistémico. A este título, importa não esquecer o papel desempenhado pela especulação ao longo da história económica e das suas crises recorrentes. Ainda que se trate, basicamente, de indicadores de medida do risco sistémico que vêm sendo fixados ou projectados para o

sector bancário, é pertinente questionar e analisar até que ponto serão adequados para o setor de segurador.

Com origem na persistente e longa crise financeira em quase toda a UE, surgiram algumas discussões sobre o risco sistémico e a melhor forma de o controlar, reflexões que, face às dificuldades surgidas no início da atual crise envolvendo o conglomerado financeiro e multinacional americana AIG, como um dos responsáveis da mesma, e se ampliou também às instituições seguradoras.

Na altura, esta situação foi divulgada como sendo uma crise de uma entidade seguradora, quando na realidade não foram as suas operações de seguros, mas sim as de natureza financeira que estiveram na origem da sua quebra que levou ao resgate por parte das autoridades do país.

Com o objetivo de esclarecer estes mal entendidos, foram feitos vários estudos e realizadas conferências por diferentes organizações nacionais e internacionais procurando evidenciar a diferença fundamental, nessa matéria, existente entre o setor segurador e a atividade bancária.

Entre essas entidades, são de salientar os importantes trabalhos desenvolvidos por várias instituições, chamando a atenção para os perigos e custos que para o setor implicaria considerar como relevantes – do ponto de vista sistémico - algumas seguradoras europeias sem se levar em linha de conta que se tratam de entidades com um núcleo central de negócios e atividades estáveis que de *per si* não constituem nenhuma fonte de risco sistémico.

Tendo em conta a natureza da atividade desenvolvida pelo Centro de Investigação sobre Regulação e Supervisão Financeira e o papel de reflexão e de análise que este tipo de conferências se propõe atingir, gostava de terminar a minha intervenção com uma pergunta relativamente à qual julgo que poderia ser interessante produzir algum debate aproveitando

a presença dos ilustres palestrantes e convidados: existe na realidade risco sistémico no negócio segurador?

Obrigado pela vossa atenção.